

ACTAS DEL XII CONGRESO DE ARCHIVOLOGÍA DEL MERCOSUR

---

# TOMO 5 DIFUSIÓN DE LOS ARCHIVOS Y COOPERACIÓN INTERNACIONAL



RED de ARCHIVEROS  
graduados de Córdoba

# XII Congreso de Archivología del Mercosur

---

*"Archivos y Archiveros en la Sociedad del Conocimiento"*

Sofia Y. Brunero  
Mariela A. Contreras  
Florescia Moyano  
Juan Thomas  
**Compiladores**



Editorial de la Red de Archiveros Graduados de Córdoba

Actas del XII Congreso de Archivología del MERCOSUR / Angelly Arancibia Noriel ... [et al.] ; compilado por Sofía Brunero ... [et al.]. - 1a ed . - Córdoba : Redes, 2017.

Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-46377-3-4

1. Archivología. 2. Gestión de Archivos. 3. Acceso a la Información. I. Arancibia Noriel, Angelly II. Brunero, Sofía, comp.  
CDD 027

**Fecha de catalogación:** octubre 2017

**Compiladores:** Sofía Y. Brunero, Mariela A. Contreras, Florencia Moyano, Juan Thomas.

**Diseño de portada:** Noelia Garcia



Redes

Editorial de la Red de Archiveros Graduados de Córdoba

Mail: [editorial.ragcba@gmail.com](mailto:editorial.ragcba@gmail.com)

Página web: [redarchiveroscordoba.com/editorial/redarchiveroscordoba.com](http://redarchiveroscordoba.com/editorial/redarchiveroscordoba.com)



El acceso a los archivos en la sociedad del conocimiento. Apreciaciones desde la Argentina del siglo XXI, por REDES – Editorial de la RED DE ARCHIVEROS GRADUADOS DE CORDOBA se distribuye bajo una Licencia Creative Commons Atribución – No Comercial – Sin Obra Derivada 4.0 Internacional.

ISBN 978-987-46377-3-4



9 789874 637734

**Eje Temático**  
**Difusión de los Archivos y Cooperación internacional**

Coordinador: Ramón Alberch i Fugueras (España)

Relator: Román Lescano (Argentina)

Marcelo A. Chaves (Brasil)

*Difusão nos arquivos: difundir o quê.*----- pág. 5

Francisco Sávio Da Silva, Marcílio Herculano da Costa, Jefferson Fernandes Dantas, Rosilene Agapito da Silva Llarena (Brasil):

*Produtos e serviços informacionais: análise das páginas web dos Arquivos*

*Nacionais dos países efetivos do MERCOSUL.*----- pág. 21

Víctor Barranco, Eliseo Gabriel Queijo (Uruguay):

*La vigencia de los aportes archivísticos del profesor Aurelio Tanodi*

*a la Archivología Uruguaya.*----- pág. 36

Tito Gustavo Villanueva, Verónica Lencinas (Argentina):

*Joyas del cielo austral: fotografías de galaxias del Dr. José Luis Sersic.*----- pág. 51

Lidia B. Duarte, Elizabeth Duarte (Paraguay):

*Tesoros del patrimonio documental de Paraguay: el caso de los Archivos.*----- pág. 65

Suellen Alves de Melo, Yara Maria dos Santos Andrade (Brasil):

*Análise de sites de arquivos nacionais: um panorama dos países*

*participantes do congresso de arquivologia do MERCOSUL.*----- pág. 78

Viviana Civitillo, Esteban Chiaradia (Paraguay):

*Paraguay en “Filo”. Hacia la construcción de una bibliografía y de*

*un catálogo de referencia.*----- pág. 93

Bianca da Costa Maia Lopes, Eliezer Pires da Silva (Brasil):

*Contributos da User Experience para a difusão de acervos arquivísticos:*

*uma análise da base de dados SIAN.*----- pág. 109

Cristiano Cavalheiro Lutz, Rosanara Pacheco Urbanetto (Brasil):

*Descrição e difusão no acervo de plantas de arquitetura e engenharia*

*das fortalezas do século XVIII na ilha de Florianópolis.*----- pág. 124

Luz María Jiménez Molotla (México):

*La difusión de los acervos documentales de la Universidad Nacional*

*Autónoma de México.*----- pág. 133

Víctor David Vera (Colombia):

*El poder de las alianzas. Archivos visibles y la cooperación internacional*

*como apuesta para la consolidación de la paz en Colombia.*----- pág. 139

Renato Crivelli, M. Leandra Bizello (Brasil): <i>Formação da memória social: o papel das instituições arquivísticas brasileiras.</i> -----	pág. 142
Isabelle da Rocha Brandão Castellini, João Marcus Figueiredo Assis (Brasil): <i>Arquivos na justiça do trabalho. Perspectivas a partir do encontro nacional da memória da justiça do trabalho.</i> -----	pág. 157
José I. Fernández Pérez (Chile): <i>Destrucción de patrimonio documental: los documentos sobrevivientes del Archivo del Ministerio del Interior al bombardeo del Palacio de La Moneda (11 de septiembre 1973).</i> -----	pág. 171
Caroline Buiz Cobas Costas (Brasil): <i>Preservar a Memória dos Negros em Ambientes Digitais.</i> -----	pág. 181

## Formação da memória social: o papel das instituições arquivísticas brasileiras.

Renato CRIVELLI<sup>1</sup>  
Maria Leandra BIZELLO<sup>2</sup>

### Resumo

Este texto se propõe a lançar um breve olhar sobre o processo de consolidação dos arquivos pessoais no contexto preservacionista dos arquivos históricos brasileiros. Para tanto, recorre a uma contextualização histórica das ações desenvolvidas por instituições culturais e de memória a partir da década de 1960 com o objetivo de preservar a documentação histórica. O movimento de criação de centros de documentação e memória no Brasil, fenômeno fortemente vinculado às universidades e centros de pesquisa, é entendido como um fator relevante para a valorização e consolidação do espaço ocupado pelos arquivos pessoais neste processo de construção de memórias no país. Entendidos como agentes responsáveis pela valorização dos arquivos pessoais, estes centros de documentação e memória assumiram uma responsabilidade de preservação e construção de memórias sociais em um período sensível para a história brasileira: a Ditadura Militar. Concluímos que a institucionalização dos arquivos pessoais por parte destes centros constitui um elemento fundamental para a compreensão das práticas arquivísticas atuais no país, assim como um fenômeno que ainda requer a concentração de olhares atentos para analisá-lo e compreendê-lo.

### Introdução

O desenvolvimento da Arquivística brasileira, em seus variados âmbitos – seja o teórico, o metodológico, o prático e o social – conta, ainda, com baixo índice de pesquisas que objetivem seu esclarecimento e uma melhor compreensão de seu processo de constituição e consolidação no cenário nacional. No Brasil, as pesquisas em Arquivologia, historicamente, têm se detido a procedimentos metodológicos que busquem aprimorar e desenvolver as práticas de profissionais de arquivo em seu fazer. Tais pesquisas são imprescindíveis para o bom funcionamento de uma área ainda incipiente neste país.

Com relação aos arquivos pessoais, as pesquisas brasileiras têm apresentado um considerável crescimento desde o começo do século XXI, quando esta categoria de arquivos passa a ser compreendida como um elemento relevante seja para a Arquivística, como área, seja para o contexto histórico e social. O direcionamento dos olhares de pesquisadores brasileiros aos arquivos pessoais tem trazido importantes contribuições para a melhor compreensão destes que se mostram como uma

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Marília – SP/Brasil. [crivellirenato86@gmail.com](mailto:crivellirenato86@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora associada do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Marília – SP/Brasil. [mleandra23@gmail.com](mailto:mleandra23@gmail.com)

categoria particular de arquivos, muito diferentes dos tradicionalmente pesquisados arquivos públicos e institucionais.

Neste trabalho, a proposta consiste em lançar um olhar sobre o processo de constituição das atuais práticas de preservação de arquivos pessoais no cenário brasileiro. Com isso, um trajeto que retome ao período em que a prática preservacionista destes arquivos começa a apresentar indícios de consolidação é imprescindível. Do mesmo modo, é de grande importância a observação dos agentes responsáveis por este processo de consolidação e de construção daquilo que hoje é entendido como uma prática naturalizada no cenário arquivístico: a presença de arquivos pessoais em centros de documentação e memória.

### **Os arquivos pessoais**

Heloisa Liberalli Bellotto em seu trabalho que se tornou leitura obrigatória em todos os cursos de Arquivologia brasileiros, *Arquivos Permanentes: tratamento documental* (2006)<sup>3</sup>, apresenta de modo claro uma organização dos diversos tipos de arquivos que integram o cenário arquivístico. Esta obra, que se propõe a ser um manual de arquivística, é dividida em três partes assim organizadas: Temas Introdutórios; Temas Centrais; Temas Complementares. Como o título já indica, a obra é dedicada à apresentação de formas e métodos de tratamento documental – em suas variadas etapas de procedimentos – para os arquivos permanentes.

A tônica que guia o seu desenvolvimento é claramente focada aos arquivos públicos, ou seja, documentação produzida e recebida pelos poderes públicos em todas as suas esferas. No entanto, um trecho é dedicado a aquilo que se diferencia do eixo central da discussão. Este trecho leva o nome de “*Arquivos privados: conceituação e caracterização*”, e se apresenta como o capítulo que fecha a segunda parte – Temas Centrais – da obra.

Neste capítulo, a autora desenvolve uma distinção conceitual entre os arquivos públicos e privados, denunciando que a concepção jurídica é rasa e demasiadamente simplista ao ditar que é privado tudo aquilo que não é público. Neste sentido, Bellotto dá seguimento a uma observação dos documentos e arquivos privados à luz da Arquivologia, tomando por base os princípios da proveniência e da organicidade. O que cabe destacar deste capítulo é a segmentação feita pela autora dentro do conjunto de arquivos privados.

---

<sup>3</sup> O exemplar consultado trata-se da 4ª edição da obra, enquanto a primeira publicação data de 1991.

Para Bellotto, os arquivos privados devem ser compreendidos como integrados por três diferentes categorias de arquivos, a saber: arquivos econômicos, arquivos sociais e arquivos pessoais. Para definir seu entendimento sobre os arquivos pessoais, diz:

[...] São papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas etc. Enfim, os papéis de qualquer cidadão que apresente interesse para a pesquisa histórica, trazendo dados sobre a vida cotidiana, social, religiosa, econômica, cultural do tempo em que viveu ou sobre sua própria personalidade e comportamento. (BELLOTTO, 2006, p. 256)

Já para compreender as outras duas categorias de arquivos privados, podemos resumir como sendo os econômicos aqueles de organizações privadas com interesses econômicos, como empresas e indústrias, enquanto que os sociais são aqueles de organizações não-governamentais sem interesses econômicos, como sindicatos e associações gerais, por exemplo (BELLOTTO, 2006, p. 254-256).

Bellotto ainda coloca em questão o lugar dos arquivos privados no contexto arquivístico e preservacionista no Brasil dos anos 1980, ressaltando que ‘Os arquivos privados ainda são, no Brasil, uma questão de ‘causa’, ainda necessitam que ‘levantem bandeiras’. [...] é preciso conscientizar, integrar e institucionalizar.’ (p. 259).

Terminada esta apresentação, a obra em questão encerra sua segunda parte e dá início à terceira parte, que leva o nome de “Temas Complementares”. Esta parte tem início com um capítulo dedicado especificamente aos arquivos pessoais, com o título de “Arquivos pessoais como fonte de pesquisa”. Para nossa análise aqui, não consideraremos tanto o conteúdo e a discussão levantados por Bellotto no desenvolvimento deste capítulo, mas sim sua localização na obra.

Vemos que a temática dos arquivos pessoais recebeu, nesta obra, um lugar associado à complementaridade do cenário arquivístico, sendo retirado dos temas centrais que compõem a área. Justiça seja feita destacando o mérito da autora em levantar a questão dos arquivos privados e, mais especificamente, dos arquivos pessoais em uma época em que tal categoria de arquivos ainda era bastante incipiente.

No entanto, sua localização tangencial é um dado capaz de nos apresentar qual era a percepção da área à época do lançamento desta obra, fazendo jus ao manifesto apresentado pela própria autora ao relatar o caráter de “causa” vivenciado pelos arquivos privados.

Na “Introdução à 2ª Edição” (p. 17), Bellotto ressalta o que nos interessa nesta análise: “Passados mais de 10 anos, desde a sua finalização em 1988 e a sua publicação em 1991, este livro é uma obra datada. [...] fazendo com que seu conteúdo de alguma forma tivesse ficado ‘congelado’



dentro da bibliografia e do saber arquivístico anteriores aos anos 1990.”. É exatamente este dado que nos interessa ao observarmos a localização dos arquivos pessoais no contexto da obra.

Até o início da década de 1990, como retrata a obra de Bellotto, os arquivos pessoais ainda se encontravam em um período de afirmação no Brasil, com um *locus* pouco sólido, seja na área preservacionista, e mesmo na Arquivologia brasileira. O processo de consolidação da Arquivologia como área de conhecimento no Brasil estava em curso, ainda com poucos cursos de graduação em Arquivologia no país<sup>4</sup>, o que repercutiu em poucos estudos que visassem questionar a área e suas práticas e propor caminhos.

Neste sentido, atenção deve ser dada às instituições responsáveis por trabalhar diretamente com os arquivos pessoais. Na proposta de fundamentar suas atividades metodológicas no que tange à organização de arquivos pessoais, o Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), elaborou em 1980 um manual de procedimentos técnicos para a organização de arquivos privados. Sua quarta versão, oficialmente publicada pela Editora FGV em 1998 (CPDOC, 1998), constitui uma das primeiras referências na área especificamente direcionada ao tema dos arquivos pessoais (GONÇALVES, 2007).

No ano anterior, 1997, este mesmo centro de documentação foi responsável por promover, em parceria com o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da Universidade de São Paulo (USP), o Seminário Internacional Sobre Arquivos Pessoais, cujo material produzido foi publicado como um número da revista *Estudos Históricas*, editada pelo CPDOC (FRAIZ, 1998). Por muito tempo, esta edição da revista *Estudos Históricas*, que compilou 13 textos de renomados pesquisadores das áreas de Arquivologia, História e Ciências Sociais, foi a única referência bibliográfica que se teve no Brasil para se pensar os arquivos pessoais.

Isto nos mostra que os arquivos pessoais, no cenário arquivístico e preservacionista brasileiro, até os fins da década de 1990, não faziam parte dos temas centrais nos debates destas áreas, apesar de já se constituírem, objetivamente, em uma realidade prática.

---

<sup>4</sup> Em 1990 teria início o curso de graduação em Arquivologia da Universidade de Brasília (UnB), sendo este o quarto curso no Brasil. Anteriores a este, os cursos da Universidade Federal Fluminense, em 1978, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, em 1977, e da Universidade Federal de Santa Maria, em 1976 (BASTARDIS, 2012).

## Instituições e Programas de memória(s)

Apesar de notarmos um avanço nos debates centrados nos arquivos pessoais apenas a partir de meados da década de 1990, os arquivos pessoais já se constituíam um problema real para as instituições arquivísticas no Brasil há, pelo menos, 20 anos. No final da década de 1960 tem início um movimento que repercutirá profundamente na sistemática vigente na área de preservação de bens culturais, sobretudo àqueles relacionados aos arquivos.

A partir deste período, assiste-se a um aumento significativo na criação de instituições responsáveis pela preservação, organização, tratamento e disponibilização de arquivos históricos com a finalidade de promover o desenvolvimento de pesquisas históricas, sociológicas, entre outras. Destacaremos, em caráter de exemplo, cinco destas instituições<sup>5</sup>: Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), vinculado à Universidade de São Paulo (USP); Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB), parte integrante da Fundação Casa de Rui Barbosa; Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC), vinculado à Fundação Getúlio Vargas (FGV); Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e a Casa de Oswaldo Cruz (COC), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

O IEB, parte da estrutura da Universidade de São Paulo, foi criado em 1962 por iniciativa do historiador Sérgio Buarque de Holanda. O fundador planejou um centro de estudos que seria responsável pela “[...] reflexão sobre a sociedade brasileira, envolvendo a articulação de diferentes áreas das humanidades.” (IEB, 2017). Em 1968 o Instituto criou sua seção de arquivos, a partir do recebimento de fundos de arquivos pessoais que julgavam relevantes para o atendimento de seu objetivo: refletir sobre a sociedade brasileira. A partir daí, o IEB passou a acumular arquivos pessoais de personalidades vinculadas às áreas das artes e dos estudos sociais. Atualmente, o IEB é responsável pela preservação e disseminação de mais de 90 fundos e coleções de escritores e intelectuais brasileiros (IEB, 2017).

O Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB) foi criado em 1972, dedicado especificamente ao acolhimento e preservação de conjuntos documentais relacionados à literatura no

<sup>5</sup> Além das instituições citadas no texto, podemos destacar o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (CDPH-UDEL), criado em 1973, o Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa da Universidade Estadual Paulista (UNESP-Assis), criado em 1973, o Arquivo Edgar Leuenroth, da Universidade de Campinas (Unicamp), criado em 1974, o Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC/PUC- SP), criado em 1980, o Centro de Documentação Cultural “Alexandre Eulálio” e o Centro de Memória da UNICAMP da Universidade de Campinas (UNICAMP), criados respectivamente em 1984 e 1985, o Centro de Documentação Histórica da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS-UFU), criado em 1985, o Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), criado em 1987, apenas para citar alguns exemplos. Cf. KNAUSS, 2009.

Brasil. Logo de sua criação, motivada por um manifesto de Carlos Drummond de Andrade, o Arquivo-Museu já passou a receber doações de arquivos pessoais de escritores, num movimento de combate ao risco denunciado por Drummond em seu manifesto: a perda da memória literária nacional (VASCONCELLOS; XAVIER, 2012). Atualmente, já são mais de 120 os arquivos pessoais custodiados e preservados pelo AMBL (Ibidem).

Por sua vez, o CPDOC foi criado na estrutura da Fundação Getúlio Vargas no ano de 1973, por iniciativa de Celina Vargas do Amaral Peixoto, neta do ex-Presidente do Brasil que dá nome à Fundação. A criação do Centro teve como motor a recepção do arquivo pessoal de Getúlio Vargas, e representou o início de uma trajetória que resultaria no acúmulo de cerca de 200 fundos de arquivos pessoais de personalidades envolvidas com a política contemporânea brasileira. O Centro ainda se dedica intensamente ao desenvolvimento de pesquisas na área a que se destina (CPDOC, 2017; FRAIZ, 1998).

O Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) data de 1985 e se configura como

[...]um instituto de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e possui dentre suas atribuições a preservação do acervo histórico sob sua guarda. Além da coleção de objetos científicos e tecnológicos que caracteriza o MAST como um museu de ciência e tecnologia, seu acervo arquivístico confere à instituição um caráter singular como depositária do patrimônio da história da ciência e tecnologia nacionais. (COPAD/MAST, 2011, p. 4)

Ao longo de sua trajetória, o MAST se tornou responsável pela preservação de um vasto acervo de arquivos pessoais de “[...] cientistas, engenheiros, tecnologistas e gestores, cujas trajetórias profissionais estiveram associadas ao ensino, institucionalização ou produção de ciência e de tecnologia [...]” (MAST, 2017).

O último exemplo, a Casa de Oswaldo Cruz (COC), foi instituída por um Ato da Presidência da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em novembro de 1985 (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 1985) e já constituía parte de suas atribuições a preservação de acervos arquivísticos. Sua área de atuação foi especializada na preservação da memória da saúde pública no Brasil, se pautando, portanto, em um vasto acervo de arquivos pessoais de “[...] cientistas, sanitaristas, médicos e técnicos que participaram da formulação e execução de políticas públicas de saúde [...]” no país (COC, 2017).

A escolha por estas instituições de custódia como exemplos a observar se justifica pela proeminente atuação que desenvolveram ao longo de suas trajetórias. Estas são algumas das instituições custodiadoras de arquivos pessoais com maior destaque nas áreas de Arquivologia e ciências humanas no cenário nacional. Todas adquiriram este destaque por conta do desenvolvimento

de pesquisas e metodologias de excelência no trabalho com arquivos pessoais, tornando-se pontos de referência numa área que, até então, poderia ser considerada de vanguarda.

Como vimos, os estudos e pesquisas direcionados aos arquivos pessoais somente ganharam força nos últimos anos do século XX, e se estabeleceram como sólida área de pesquisas no século XXI, ou seja, décadas depois do início prático dos trabalhos com estes arquivos. Estas instituições, portanto, trouxeram para a Arquivologia e para a área preservacionista um novo caminho a seguir, com muitos problemas a serem debatidos e pensados.

É importante destacarmos uma característica entre estas instituições. Dos cinco exemplos dados, quatro são instituições vinculadas ao Poder Público, sendo três da estrutura Federal (COC, MAST e AMLB) e uma de estrutura Estadual (IEB), vinculada ao Governo do Estado de São Paulo, e apenas uma delas, o CPDOC, considerada como “pessoa jurídica de direito privado, sem objetivo de lucro e de natureza filantrópica” (ESTATUTO, 2007, p. 01).

Esta situação demonstra um interesse do Poder Público em fomentar os trabalhos de preservação de papéis privados em seus braços culturais. Mesmo não sendo iniciativas emanadas das instâncias superiores do Poder Público – pois tratam-se de ideias e projetos elaborados por atores individuais dentro destes organismos –, há aí a indicação de uma forma de valorização deste tipo de documentação para os fins acadêmico-científicos almejados na área pública.

Um outro exemplo de manifestação de interesse dos poderes públicos em preservar os papéis privados pode ser encontrado no Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica (Pró-Documento). Este programa funcionou durante um curto período de tempo, de 1984 a 1988, integrado à estrutura do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional Pró-Memória (SPHAN/FNPM). Afinado à missão institucional do órgão ao qual se vinculava, o Pró-Documento teve por finalidade o desenvolvimento de projetos que visassem a preservação de documentação histórica de ordem privada que contribuíssem e fossem de interesse para a memória e identidade nacionais.

O SPHAN<sup>6</sup>, criado por força do Decreto-Lei nº 25 de 1937, assumiu no ato de sua criação a responsabilidade pela preservação, manutenção e controle de bens históricos, artísticos e culturais capazes de assumir a forma de patrimônios nacionais. Com isso, instaura-se um sentido de urgência na preservação de bens móveis e imóveis que seguiam o caminho da perda. Porém, desde 1937, pouco foi feito por este órgão no sentido da preservação da documentação histórica, atendo-se, sobretudo, à preservação de espaços e construções de interesse histórico e artístico.

---

<sup>6</sup> Atualmente denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), durante parte das décadas de 1970 e 1980 foi conjugado à Fundação Nacional Pró-Memória. Cf. BATARDIS, 2012.

Na expectativa de suprir esta lacuna na atuação do SPHAN, foi instituído o Pró-Documto, como um programa vinculado à presidência da Fundação Nacional Pró-Memória, dedicado exclusivamente a esta categoria de bens históricos, compreendidos aí como parte integrante do conjunto denominado patrimônio nacional. “A política de preservação documental adotada por essa instituição demonstrou muito bem essa preocupação na urgência de *democratização* do acervo documental da nação, garantindo seu conhecimento e inclusão no circuito científico e cultural nacional.” (BASTARDIS, 2012, p. 16, grifo do autor).

Com uma prática um pouco diferenciada daquela proposta e aplicada pelos centros de documentação e memória citados acima, o Pró-Documto atuou no desenvolvimento de projetos de organização e disponibilização de fundos e coleções privadas sem a incorporação destes a alguma instituição específica. Deste modo, enquanto as instituições de custódia trabalharam no sentido de tomar posse destes fundos de arquivos privados para então torná-los disponíveis à consulta pública, o Pró-Documto se propôs a realizar uma espécie de trabalho censitário ao longo do território nacional, sem se furtar de fornecer subsídios técnicos e metodológicos para garantir tanto a preservação quanto a disponibilização pública – por meio de capacitação técnica e prestação de serviços e consultorias para programas de conservação preventiva e de organização de acervos arquivísticos – destes produtos da cultura brasileira relevantes para sua história (BASTARDIS, 2012).

O Pró-Documto foi extinto pouco antes do desmonte da Fundação Nacional Pró-Memória, em 1990, concomitante ao período em que tem início nos ambientes políticos os debates que resultaram na promulgação da Lei nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991, documento normativo que recebeu o nome de “Lei de Arquivos”. Esta Lei é responsável por normatizar, em âmbito legal, a política nacional de arquivos públicos e privados, trazendo para a área uma gama de instrumentos e equipamentos<sup>7</sup> que seriam responsáveis por nortear as políticas de arquivos no país.

A publicação desta Lei é reconhecida como um marco na área de arquivos no Brasil por trazer, pela primeira vez em sua legislação federal, uma definição clara de arquivos privados, entendidos como “[...] os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades” (BRASIL, 1991), além de reconhecer seus valores sociais a partir da instituição da *Declaração de Interesse Público e Social*, destinada a arquivos

---

<sup>7</sup> Dentre as inovações trazidas pela Lei nº 8.159 está a criação do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), órgão responsável pela definição e acompanhamento das políticas nacionais de arquivos públicos e privados a partir daquele momento, e a criação de um Sistema Nacional de Arquivos como um instrumento regulador do sistema público de arquivos, a ser coordenado pelo Conarq (BRASIL, 1991).

privados detentores de informações e conteúdos relevantes para a história social do país (BRASIL, 1991).

### **Legitimação e instituição das memórias**

Paulo Knauss (2009) e Yara Khoury (2005 apud CRUZ; TESSITORE, 2010) são categóricos ao justificar este movimento de criação de centros de documentação e memória a partir do final da década de 1960. Realizados especialmente nos âmbitos de universidades e centros de pesquisa, ou seja, ambientes de reflexão e desenvolvimento científico, estes projetos assumiram a forma de redutos de memórias múltiplas em um período em que o acesso à informação era limitado.

A incursão de um Golpe Militar no ano de 1964 levou a estrutura política brasileira a um regime de exceção pautado pela repressão e pelo esfacelamento dos direitos civis dos grupos sociais que compunham a sociedade. Neste cenário, uma das medidas de controle social aplicadas pelo governo foi o controle e censura das fontes de informação, além de outras medidas ainda mais violentas. É em meio a este cenário que emergem os centros de documentação e memória como instrumentos sociais responsáveis por auxiliar no processo de construção e manutenção da(s) memória(s) nacional(ais).

[...] a emergência dos Centros de Documentação universitários, nos anos 1970, acompanhando a constituição dos cursos de pós-graduação, foi bastante significativa, diante do acesso restrito à informação vivido naqueles anos. Abrigando, preferencialmente, arquivos e coleções de grupos políticos, operários, sindicais e de movimentos organizados, em suas várias tendências, e reunindo um conjunto riquíssimo de títulos da imprensa operária e militante, esses Centros não só possibilitavam suprir carências de informação, como se firmavam como mais um espaço de preservação de memórias, sobretudo de origem privada, contribuindo para o alargamento dos horizontes da história e da memória, como um direito de todo cidadão. (KHOURY, 2005 apud CRUZ; TESSITORE, 2010, p. 428)

A ideia de democratização da informação assume importância central neste período em que o Estado se atribui um papel repressor e limitador, incluindo entre suas medidas, o controle das memórias e das identidades nacionais. Qualquer forma de ação que venha no sentido de reforçar os valores democráticos de um povo reprimido e garantir, de algum modo, a permanência de suas memórias e suas identidades frente a um movimento político reformulador de todos os valores coletivos se caracteriza como prioridade.

Neste cenário, os arquivos passam a ocupar uma posição protagonista a partir de seu potencial informacional, como representantes de memórias materializadas em suportes duráveis. “Assim, os arquivos exercem papel importante, especialmente, no campo dos direitos de quarta geração, em especial, o direito à informação, à cultura e à memória.” (KNAUSS, 2009, p. 11).

A preservação das memórias coletivas e sociais por meio de arquivos é uma prática presente em quase todas as sociedades conhecidas e afetadas pelos princípios da modernidade. Capazes de guardar informações sobre fatos e acontecimentos que animaram as sociedades ao longo dos tempos, estes documentos assumem o significado de verdadeiros mananciais de memórias dos povos.

Embora muito se fale sobre os arquivos públicos enquanto principais produtos destas sociedades, com os arquivos pessoais não é diferente. Estes documentos acumulados por pessoas físicas guardam em si a capacidade de falar não apenas por seu detentor, mas também pela sociedade à qual este se insere. É neste sentido que os arquivos pessoais ganham destaque também neste momento sensível.

Esta qualidade dos arquivos pessoais pode ser confirmada, por exemplo, a partir da já comentada implantação da Declaração de Interesse Público e Social, instrumento trazido pela Lei nº 8.159, sob a qual, desde 1991, alguns arquivos pessoais já receberam esta qualificação de bens simbólicos da nação<sup>8</sup>. Outro exemplo a ser dado está nos processos de inscrição realizados anualmente pelo Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo, da UNESCO. Este Programa se propõe a inscrever na lista dos patrimônios documentais nacionais aqueles conjuntos documentais considerados de grande importância para a preservação da história social do Brasil. Desde seu primeiro processo de seleção, em 2007, já somam quase 30 os arquivos pessoais que receberam sua inscrição na lista dos patrimônios documentais nacionais<sup>9</sup> (COMITÊ, 2017).

Este movimento realizado pelos poderes públicos brasileiros no sentido de declarar o interesse coletivo por documentos de pessoas físicas e garantir sua preservação com base em suas relevâncias para a memória, a identidade e a história coletivas está pautado no trabalho iniciado já no final dos anos 1960. A iniciativa destes centros de documentação e memória, em sua maioria universitários, mas também de outras instituições de pesquisa, pode ser considerada como a base para o que hoje vigora no Brasil, em termos legais, a respeito da valorização destes arquivos pessoais e sua preservação.

<sup>8</sup> Embora este instrumento tenha sido previsto já na Lei de 1991, sua primeira inscrição aconteceu apenas em 2004, com a declaração do arquivo pessoal de Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho. Desde então, foram também declarados como de interesse público e social os arquivos pessoais de Glauber Rocha, Darcy Ribeiro, Berta Gleizer Ribeiro, Oscar Niemeyer, Abdias Nascimento, Cezar Lattes, Paulo Freire e Dom Lucas Moreira Neves (CONARQ, 2017).

<sup>9</sup> A relação completa de conjuntos documentais inscritos na Lista do Patrimônio Documental do Brasil pode ser conferida em: <http://mow.arquivonacional.gov.br/acervos-brasileiros/registro-nacional.html>

O momento em que estes centros de documentação tiveram início e a forma como planejaram seus projetos norteadores está em direta relação com aquilo que podemos considerar um projeto de construção de memórias.

### **A institucionalização da(s) memória(s)**

Objetivamente, Pierre Nora (1993) foi responsável por trazer à nossa contemporaneidade o conceito palpável de “lugares de memória”. Podemos extrair do conceito trabalhado pelo eminente pesquisador francês muito mais do que a materialidade dos “lugares”, mas também o sentido de existência destes. Em períodos onde não há mais memórias, é fundamental a criação de espaços que cumpram este papel.

Arquivos são lugares de memória. Centros de documentação que custodiam arquivos também exercem esse papel no contexto social, assim como diversas outras instituições. Não podemos, porém, nos deixar levar pela ingênua ideia de naturalidade destes lugares e desta função.

Michael Pollak é enfático e resume: “A memória é seletiva” (1992, p. 203). Com isso, o pesquisador austríaco afirma o caráter social e cultural de um elemento das identidades coletivas das sociedades. O caminho seguido por Pollak para trazer esta afirmação já havia sido explorado por Maurice Halbwachs (2003) algumas décadas antes<sup>10</sup>. O reconhecimento da memória coletiva como um fenômeno social e suas relações com a memória individual foi a grande contribuição deixada por Halbwachs antes de morrer vítima do nazismo.

Afirmar que a memória é um fenômeno social e, como tal, é uma construção, carrega consigo uma gama de elementos que, seguramente, não caberiam neste curto texto. Porém, vamos ressaltar apenas uma das facetas que constitui o conceito de memória coletiva.

A construção da memória não pode ser compreendida como um empreendimento harmonioso, pois, a homogeneidade social não passa de uma utopia. Construir uma memória coletiva é um processo social que acontece, sempre, em meio a conflitos e embates, tanto políticos, quando ideológicos, como também culturais.

Se pretendemos considerar o conceito de memória coletiva como um elemento de representação social – além de ser também um elemento de integração social –, devemos, necessariamente, considerar a constituição heterogênea desta formação social. Dentro desta heterogeneidade, os conflitos acontecem de forma sistemática por meio de um embate simbólico

---

<sup>10</sup> A edição consultada da obra “A memória coletiva” data de 2003, enquanto que a publicação original da obra aconteceu em 1950, como uma publicação póstuma.



onde o poder representa a maior das armas. A busca pelo poder está diretamente relacionada à busca pela memória, e esta busca se configura na formação e institucionalização daquelas representações que se almeja serem constitutivas dos grupos e reconhecidas por eles e pelos outros.

[...] Se, de fato, existem representações que funcionam na sociedade como imposições aos indivíduos, o que a prática nos mostra é que sempre existem possibilidades de reversão dos processos sociais, recriação de artifícios que venham a produzir transformações sociais e institucionais. Porque falar de instituições é também falar de resistências, ambivalências, e conflitualidades. Pois se trata de um jogo de forças, traduzido em práticas conflitantes que os atores sociais desempenham. E esse é um jogo de poder. (THIESEN, 2013, p. 183)

Reconhecer a memória coletiva como uma instituição responsável por estruturar uma dada sociedade transfere a este fenômeno uma importância que excede os limites de uma representação, sem deixar de sê-la. A memória passa a desempenhar um papel de importância no sustento e na manutenção dos grupos, seja em sua relação interior, seja nas suas relações exteriores com outros grupos.

No conflito pelo poder, um objetivo que se coloca como primordial é a proteção de suas memórias, ou seja, a proteção de parte daquilo que é capaz de garantir sua integridade e sua força como grupo. Por outro lado, suprimir, desqualificar ou buscar formas de apagar as memórias de outros grupos se mostra como uma violência simbólica devastadora. Paolo Rossi comenta que

“[...] O apagar também tem a ver com esconder, ocultar, despistar, confundir os vestígios, afastar da verdade, destruir a verdade. Com frequência se pretendeu impedir que as ideias circulem e se afirmem, desejou-se (ou se deseja) limitar, fazer calar, direcionar para o silêncio e o olvido. Aqui, o convite ou a coerção ao esquecimento tem a ver com as ortodoxias, com a tentativa de coagir todo pensamento possível dentro de uma imagem enrijecida e paranoica do mundo [...]. (2010, p. 32)

No jogo do poder, portanto, as memórias são não apenas um elemento constitutivo e instituinte de uma dada coletividade. Elas são também alvo.

## Conclusão

Após esta rápida observação sobre a constituição de centros de documentação e memória no âmbito de universidades e centros de pesquisa brasileiros e o contexto social vivenciado pelo país na época, algumas conclusões são possíveis.

As características dos arquivos pessoais mantiveram esta categoria de arquivos, por muito tempo, à margem dos estudos arquivísticos, sendo até recentemente muito questionado sobre sua efetiva qualidade de objeto da Arquivologia. Foi necessário que estes arquivos primeiramente assumissem um lugar de destaque frente às áreas que poderiam se valer dele para que a arquivística brasileira, depois disso, lançasse olhares mais atentos a este que, atualmente, é um objeto muito estudado pela área.

A constituição de centros de documentação e memória no cenário brasileiro dos anos 1960 a 1990 se mostra como um movimento coletivo de emergência, construção e preservação de memórias múltiplas durante um período em que todas as memórias e identidades coletivas brasileiras estavam em risco. É neste sentido que surgem as propostas de valorização de arquivos pessoais de personagens capazes de contribuir com a manutenção de memórias corrompidas pelas censuras governamentais.

Por este caminho, tornam-se relevantes questionamentos que se dediquem a interpretar e compreender a importância deste movimento, seja para a Arquivologia brasileira, como também para a memória coletiva nacional. As instituições de custódia – centros de documentação e memória – assumiram neste momento um papel protagonista na construção e preservação de memórias ao se dedicarem à seleção e custódia de arquivos pessoais. Além de introduzirem um novo caminho seja para a pesquisa histórica, como para a Arquivologia. A institucionalização destes arquivos pessoais corresponde a muito mais do que a simples valorização de histórias de vida. Neste momento em que as identidades e memórias eram alvo, manter a imagem de uma pessoa se constitui um ato de coragem e transgressão, rompimento com o sistema e emergência de novas importâncias.

A proposta desta rápida observação a três objetos – os arquivos pessoais, a criação dos centros de documentação e memória, o contexto sócio-político brasileiro – se limitava a trazer elementos que contribuíssem, principalmente, com dois debates: um bastante em voga nos meios acadêmicos atualmente – os arquivos pessoais – e outro ainda pouco explorado pela área arquivística brasileira – o desenvolvimento e o papel social dos centros de documentação e memória (instituições arquivísticas por excelência).

Os poucos trabalhos que buscam observar estas instituições são, em sua maioria, desenvolvidos por pesquisadores ligados às áreas da História, Ciências Sociais e demais ciências humanas. Pouco se vê nos estudos brasileiros a respeito do ponto de vista da Arquivologia sobre este tema. Destacar a importância destes ambientes de preservação de memórias de uma sociedade deve ser encarado pela Arquivologia brasileira como um campo a explorar e dominar.

## Referências

BASTARDIS, J. (2012). *O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica e seu significado para a preservação de arquivos no IPHAN*. (Dissertação de Mestrado). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Rio de Janeiro.

BELLOTTO, H.L. (2006). *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo, Brasil: Editora FGV.

BRASIL. (1991). *Lei Nº 8.159*, de 08 de janeiro de 1991. Brasília, Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)

COMITÊ Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO. (2017). *Registro Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Disponível em: <http://mow.arquivonacional.gov.br/acervos-brasileiros/registro-nacional.html>

CONARQ (Conselho Nacional de Arquivo). (2017). *Arquivos Privados Declarados de interesse Público e Social pela Presidência da República*. Rio de Janeiro: CONARQ. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/conarq/declaracao-de-interesse-publico-e-social/arquivos-declarados.html>

COC (Casa de Oswaldo Cruz). (2017). *Acervo Arquivístico*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/patrimonio-cultural/acervo-arquivistico>

COPAD; MAST (Comissão Permanente de Aquisição e Descarte de Acervos; Museu de Astronomia e Ciências Afins). (2011). *Política de aquisição e descarte de acervos*. Rio de Janeiro, Brasil: MAST.

CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil). (1998). *Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC*. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, Brasil: Editora FGV.

CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil). (2017). *Apresentação*. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sobre>

CRUZ, H. F.; TESSITORE, V. (2010). Documentação, memória e pesquisa: o CEDIC faz 30 anos. *Projeto História*, nº 40, junho de 2010, pp. 423-445. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6139>

*ESTATUTOS da Fundação Getulio Vargas*. (2007). Rio de Janeiro, Brasil.

FRAIZ, P. (1998). CPDOC: 25 anos. *Revista Estudos Históricos*, V. 11 (n. 21), pp 3-7.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz). (1985). *Ato da Presidência Nº 221\85-PR de 19 de novembro de 1985*. Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/ato\\_presidencia\\_221.pdf](http://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/ato_presidencia_221.pdf)

GONÇALVES, M. S. (2007). *Políticas de arranjo e descrição em arquivos privados pessoais: o caso do CPDOC*. (TCC de especialização em Organização, Planejamento e Direção de Arquivos). Universidade Federal Fluminense; Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

HALBWACHS, M. (2003). *A memória coletiva*. São Paulo, Brasil: Centauro Editora.

IEB (Instituto de Estudos Brasileiros). (2017). *História do IEB*. São Paulo: IEB. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/sobre-o-ieb/historico/>

KNAUSS, P. (2009). Usos do passado, arquivos e universidade. *Cadernos de pesquisa do CDHIS*, n. 40, 1º sem. 2009, pp. 9-16. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/7326>

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). (2017). *Documentação e Arquivos*. Rio de Janeiro: MAST. Disponível em: <http://www.mast.br/index.php/2013-10-27-00-11-6.html>

NORA, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, nº 10, dezembro de 1993, pp. 07-28.

POLLAK, M. (1992). Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, volume 5 (nº 10), pp. 200-212.

ROSSI, P. (2010). *O passado, a memória, o esquecimento*. São Paulo, Brasil: Editora UNESP.

THIESEN, I. (2013). *Memória Institucional*. João Pessoa, Brasil: Editora UFPB.

VASCONCELLOS, E.; XAVIER, L. R. (Coord.) (2012). *Guia do acervo do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Brasil: Fundação Casa de Rui Barbosa.